

OS VENTOS ABRANDAM?

Os ventos da história não soprarão sempre dos mesmos quadrantes e com a mesma intensidade.

A todas as grandes tempestades sempre sucederam as bonanças reparadoras, muito embora vão deixando pelo caminho as marcas das suas devastações.

Num curioso e extenso artigo inserido em "Le Monde", de 22 do corrente, firmado por Jean Knecht, sob o título «A África Brasileira e as Nações Unidas», e o subtítulo «A O. N. U. joga o seu prestigio na questão do Sudeste Africano» — dá-se conta do progresso declinante de êxitos do grupo afro-asiático no tocante a sua ofensiva contra «toda uma região da África cujo eixo é a Sábria-Pretória e cuja acção se estende não apenas ao Sudeste Africano mas também as províncias portuguesas de Angola e de Moçambique, sem contar com outros países africanos de Governo negro, que se encontram na zona de influência da África do Sul, tais como a Botswana, a Zâmbia e o Malawi».

Essa quebra de intensidade de acção na política antibranca no continente africano é assinalada pelo autor do artigo nos deslizes ultimamente verificadas na Organização da Unidade Africana no que respeita ao caso rodesiano.

Em Adis-Abeba, ao entusiasmo romântico de 1963, sucedeu o desânimo.

O mesmo no Cairo e em Argel. Não se vêem soluções, a curto nem a longo prazo, quer no plano militar, quer no político, quer no das sanções económicas, quer finalmente no capítulo da subversão interna.

Parece que o bom senso e o espírito realista aconselhariam para o bem geral, uma construtiva colaboração entre todos os povos da África, para além da cor, das crenças e das ideologias, sem prejuízo do respeito pelas respectivas soberanias.

Só teriam a ganhar a África e o Mundo.

O comedião «Le Courier d'Afrique», a propósito dos bandos terroristas que actuam no Congo ex-belga contra Portugal angolano e se massacraram entre si em odiosas lutas tribais —

Perantava a Mobutu se os dirigentes de certos movimentos angolanos não estarão, por acaso, a tornar-se incomodativos para o país que lhes concedeu hospitalidade.

Não significará isso a necessidade de limpar a África Nova dos elementos indesejáveis, nacionais e estrangeiros, que embargam o seu progresso, só possível através da paz, da tolerância, da mútua cooperação dos seus povos soberanos, brancos e negros?

J. P.

TEMAS DE MOMENTO

«ANDAMENTO NOVO» NO ARSENAL DO ALFEITE

A situação do Arsenal do Alfeite melhorou bastante no ano de 1965 — em relação ao ano anterior — segundo nos afirma o último «Relatório e Contas» daquele importante estabelecimento fabril do Estado. Assim, verifica-se que no ano de 1965 o número médio de navios em fabrico foi de 17 — nunca anteriormente alcançado — ao mesmo tempo que o valor de todas as reparações efectuadas em relação ao número médio de navios em fabrico por dia, baixou de 14,7 contos em 1964, para 11,5 contos em 1965, do mesmo passo que, no seguimento da política de realizar o maior número de trabalhos possível com pessoal próprio do Arsenal, as importâncias pagas pelas obras mandadas executar na indústria particular continuam a diminuir, passando de 2,5 para 2,1 contos por navio e por dia, o que marca um progresso importante na economia daquele estabelecimento fabril do Estado e na sua administração, com reflexos notáveis na produtividade.

Outros números, ainda, comprovam o que acima fica dito, embora muito de relance, pois que a inólide deste trabalho não permite que seja de outra forma. Podemos afirmar, no entanto, que em relação ao ano anterior, se verificou em 1965 um aumento de 19 por cento, do número médio de navios em fabrico, com uma diminuição de 7 por cento no custo total das reparações. Ao mesmo tempo, o custo do aumento de mão-de-obra para o acréscimo de 19 por cento dos navios em reparação, foi apenas de 10 por cento.

A melhoria que aqueles números comprovam deve-se, essencialmente, a medidas tomadas pelos dirigentes daquele importante complexo industrial, natural consequência da nova organização do sector das reparações e, ainda, de novos métodos de trabalho, tais como a programação das obras, colaboração, das oficinas no serviço de bordo e subordinação da direcção e da coordenação dos trabalhos.

No que se refere à construção de novas unidades, determinou o titular da pasta da Marinha que naquele estabelecimento fossem construídas 4 lanchas-patrulhas de 50 metros (classe «Cacine»), três lanchas de fiscalização (classe «Belatrix») e um navio balizador, para substituir o velho «Almirante Siqueira».

Infelizmente, segundo aquele relatório, circunstâncias adversas não têm permitido dar à construção de navios para a Armada o incremento desejado, especialmente devido à falta de

desenhadores especializados, inconveniente a que se trata de obviar mas que, naturalmente, não pôde ser remediado com a rapidez desejada. Tendo o Arsenal do Alfeite um quadro de 50 desenhadores, número que não peca por excessivo, antes pelo contrário, esse número encontra-se bastante limitado, pois existem 17 vagas por preencher.

Este problema de pessoal técnico, devidamente especializado, tem criado aos dirigentes do Arsenal graves problemas, que não puderam, ainda, ser inteiramente solucionados. Desde o 2.º semestre de 1962 até ao fim de 1965, demitiram-se daquele estabelecimento 537 operários e foram reformados mais 159, o que perfaz um total de 696 trabalhadores que deixaram aquelas oficinas, a maioria dos quais para exercer a sua actividade na indústria particular, onde são melhor remunerados.

Aos inconvenientes apontados acresce, ainda, o facto de os trabalhadores que se despedem serem dos mais competentes, que muitas vezes fizeram no Arsenal a sua formação profissional, e que dificilmente serão substituídos. A este problema, para salientar a sua gravidade, se refere o relatório mencionado.

Apesar destas dificuldades, o trabalho no Arsenal do Alfeite não sofreu qualquer desfalecimento, antes pelo contrário. Do

Arsenal saiu pessoal altamente qualificado para colaborar na fiscalização das construções em estaleiros particulares e na reparação de navios da Armada no Ultramar. Estes patrióticos esforços dos operários tiveram o reconhecimento oficial, tendo o Ministro da Marinha, Almirante Quintanilha Mendonça Dias, que recentemente exarou um despacho em que escreveu:

«É grave, mesmo muito grave, a situação do Arsenal do Alfeite, no que se refere a pessoal e esta exposição é significativa. Aproveito para significar a minha satisfação pelo «andamento novo» que se tem imprimido no Arsenal, não só em organização como em rendimento. A apreciação favorável é geral, com grande satisfação de toda a Armada.»

O relatório a que nos estamos reportando, termina com as seguintes palavras:

«...Esta administração confia em que o Governo da Nação, atento à importância do problema do pessoal, providenciará no sentido de serem tomadas medidas conducentes ao equilíbrio do rendimento da produção, com a remuneração do trabalho, isto é, possibilitará melhores remunerações, sem necessidade de agravamento das verbas orçamentais do Arsenal.»

COSTA JUNIOR

OS FUNERAIS DE ADENAUER

(CONTINUAÇÃO DA 1.ª PAG.ª)

em representação do presidente do conselho de administração da TAP, o Sr. Aurélio Rodrigues.

De Gaulle, Johnson e doze chefes de Governo presentes no funeral de Adenauer

BONA, 24 — A delegação portuguesa ao funeral do antigo chanceler da Alemanha Federal, Dr. Konrad Adenauer, que se realiza amanhã, nesta cidade, é chefiada pelo Ministro de Estado, Dr. Mota Veloso. O Presidente dos Estados Unidos, o qual chegou a Bona, e o General Charles De Gaulle, Presidente da República Francesa, são os únicos Chefes de Estado presentes. Anunciaram já a sua presença

doze Chefes de Governo, o que constituirá a maior concentração de estadistas desde o funeral de Kennedy, em 1963.

Estarão presentes, os Primeiros-Ministros da Inglaterra, Wilson, que é esperado amanhã à noite em Bona, da Itália, da Suécia, da Noruega, da Dinamarca, da Holanda, da Bélgica, da Turquia, do Luxemburgo e da Islândia, o chanceler da Áustria e o Chefe do Governo do principado do Liechtenstein.

A Jordânia envia o Príncipe Moameneh En Talal, irmão mais velho do Rei Hussein, o Liechtenstein, além do Chefe do Governo, o Príncipe Karl Alfred von Liechtenstein, e o Vaticano faz-se representar pelo Cardeal Testa.

O Vietnã do Sul estará representado pelo General Pham Van Chieu, secretário-geral da Comissão Directiva Nacional, e pelo vice-Primeiro-Ministro, Dr. Nguyen Lau Vien.

Os Estados Unidos, a França, a Itália, a Turquia, a Áustria, a Bélgica e a Holanda enviam também os seus Ministros dos Negócios Estrangeiros.

Além do Primeiro-Ministro Harold Wilson, a Inglaterra estará representada por Edward Heath, chefe da oposição pelo antigo Primeiro-Ministro Harold MacMillan, pelo antigo alto comissário na Alemanha, Lord Robertson, e por outras personalidades.

A delegação norte-americana inclui, além do Presidente Johnson, o do Secretário de Estado Dean Rusk e o antigo alto comissário na Alemanha, John McCloy. Allan Dulles, que chefiou a C.I.A., e o antigo comandante militar de Berlim, General Lucius Clay.

As delegações do Canadá, África do Sul, Israel, Índia, Marrocos, Tunísia, Chipre, Costa do Marfim e São Marino são chefiadas pelos respectivos Ministros dos Negócios Estrangeiros.

Espanha envia o Ministro do Trabalho, o Congo de Brazzaville, o Ministro do Comércio e Indústria, o Mercado Comum faz-se representar pelo seu presidente, a O.T.A.N. pelo seu secretário-geral, e as Nações Unidas, pelo alto comissário para os Refugiados.

A União da Europa Ocidental, o Euratomo, o Conselho da Europa, o Parlamento da Europa e o Banco da Europa estão representados pelos respectivos presidentes. — ANI

Condolências de Paulo VI

CIDADE DO VATICANO, 24 — O Papa encarregou o Núncio em Itália, Mons. Carlo Grono, de exprimir ao Embaixador da U. R. S. S. em Roma condolências pela «doçorosa perda» que atingiu o seu país, com a morte do Coronel Komarov. — F. P.

O DR. MANUEL L. RODRIGUES É O NOVO PRESIDENTE da Associação da Imprensa Estrangeira de Lisboa

Reuniu ontem a assembleia geral ordinária da Associação da Imprensa Estrangeira de Lisboa, sob a presidência do Dr. Paul Savreux, secretário-geral. Srs. Júlio Calderon Dias da Silva e Inocente Palazon Oliveira.

Depois de discutidos os relatórios da direcção e do conselho fiscal, procedeu-se à eleição dos novos corpos gerentes, que ficaram assim constituídos:

Direcção — Presidente, Dr. Manuel L. Rodrigues; vice-presidente, Edouard Khavessian; 1.º secretário, Maddalena Ranedda; 2.º secretário, Bruce Scott Loudon; Tesoureiro, Manuel Marques Gastão.

Conselho fiscal — Presidente, António de Obregon y Chorot; vogais, Irene Seligo e António Florido.

Assembleia geral — Presidente, Dr. Adolfo Lizón; 1.º secretário, Carlos de Barros Queiroz; 2.º secretário, José Wachsmann.

Alguns dos novos dirigentes daquela Associação, a que pertencem destacados jornalistas com actividade efectiva na Imprensa internacional, tomaram posse imediatamente.

ARRIBOU À HORTA O NAVIO-BACALHOIRO «NOVOS MARES»

HORTA, 24 — Devido a avarias no leme e no equipamento radiotelegráfico, arribou ontem à noite no porto da Horta o navio-bacalhoiro «Novos Mares», da praça de Aveiro, que seguia para os bancos da Terra Nova. — ANI

PRINCÍPIOS ECONÓMICOS DA IGREJA

A «POPULORUM PROGRESSIO»

1. Desde o avocacer dos tempos cristãos sempre a Igreja se ocupou da situação dos pobres, dos humildes, dos fracos, e, na estruturação da Idade Média onde lhe cabe alta responsabilidade procurou aplacar as iras belicosas dos senhores feudais, ao passo que organizava o trabalho em ordem a assegurar tanto quanto possível a dignidade da pessoa humana.

As corporações, as mútuas, a organização da terra — pensados na Lei das Sesmarias do nosso Rei D. Fernando — os municípios, vão pouco a pouco melhorando as classes mais débeis economicamente e numa hierarquia onde o social se cruzava com o económico, procurava a Igreja, com os seus ensinamentos, evitar o aviltamento daquelas classes e fazer subir o seu nível.

Com o Renascimento toda a magnífica floração daquelas instituições foi amalgamada, esmagada, pelo rolo compressor duma centralização absoluta.

Este facto criou um estado de espírito de rebelião que, ajudado pela miséria generalizada, fez explodir a jarebada sanguinolenta da Revolução Francesa. Paralelamente desenvolvia-se a técnica e novas condições surgiam para o desenvolvimento económico.

É a aurora da revolução industrial. Do artesanato vamos passar à fábrica, da fisiocracia dominante à industrialização toda-poderosa.

Os novos senhores, são os grandes industriais, os grandes comerciantes, os grandes agricultores. Estamos em plena maré da economia de lucro, na qual se prostergavam os valores morais e sociais ao serviço do deus míldo.

Adam Smith e Ricardo pontífices dessa nova ordem económica, proclamam a inteira liberdade de acção privada e o trabalho reduzido a mero elemento da produção tem somente o valor de qualquer mercadoria.

Esta hipertrofia do capital vai gerar larga reacção. Por 1846 Proudhon publica a «Filosofia da Miséria», vibrantemente panfletária, e em 1867, Marx inicia a publicação do «Capital».

Entretanto, em 1864, funda-se em Londres, uma associação operária internacional e no ano se-

guinte reúne-se na Bélgica um congresso geral operário.

Em 1874 Marx e Engels publicam o «Manifesto Comunista».

2. Uma onda de materialismo histórico invade o pensamento europeu e muitos católicos começam a duvidar, sendo do dogma, pelo menos da acção da Igreja.

Com rara coragem um grande Papa vai repór a verdade do pensamento católico.

Em 15 de Maio de 1891, Leão XIII, publica a célebre Encíclica «Rerum Novarum».

Ai se define com clareza a posição da Igreja, contrária ao abuso do liberalismo e ao materialismo dos pensadores socialistas. Falando dos operários, o grande Papa declara que é necessário ajudá-los, já que se encontram indefesos e isolados à mercê de empresários desumanos, e entregues à cupidéz de uma concorrência desengreada.

«Uma usura devoradora veio ainda aumentar o mal. Várias vezes condenada pelo juízo da Igreja, ela continuou a ser praticada sob uma outra forma, por homens ávidos de ganhos, de uma insaciável cobiça. A tudo isto deve acrescentar-se o monopólio do trabalho e dos produtos comerciais, convertidos em apanágio de um pequeno grupo de ricos e opulentos, que impõem um jugo quase servil à infinita multidão dos proletários» — escrevia Leão XIII.

Paralelamente criticava os socialistas que pretendiam remediar os males do liberalismo com a abolição da propriedade privada e com a proclamação da luta de classes, aos ricos, assente no ódio, do que nada possuem.

Leão XIII exclama: «Tal teoria, longe de ser capaz de pôr fim ao conflito, prejudicaria o operário se fosse posta em prática. Além disso ela é soberanamente injusta, porque viola os direitos legítimos dos proprietários, desnatura as funções do Estado e tende a destruir pela base o edifício social».

Um escritor desse tempo — Spüller — afirmava com inteira verdade: «O Papa Leão XIII não é, e não quer ser, socialista cristão, nem socialista economicista. O Papa não se esquece de que é doutor universal e infalível, que a Igreja de que ele é órgão, sabe tudo por inspiração divina e que não pode nem deve ser subordinada a algum sábio, a alguma ciência, ou a algum sistema».

Leão XIII apela para um fortalecimento das organizações operárias católicas, já existentes — pequenos núcleos dispersos e certo, mas de pensamento cristão.

Seguro de ser a sua voz a da verdade, o Papa exprime essa certeza no artigo 12 da Encíclica: a plenitude do nosso direito, tocamos neste assunto e em toda a plenitude do nosso direito.»

A Encíclica foi um brávo clamoroso que procurou pôr fim ao despaio de muitas consciências católicas que se sentiam perdidas na turbulência dos ideais materialistas.

3. Quarenta anos depois, outro Pontífice — Pio XI — publicou nova Encíclica sobre o mesmo tema.

«Quadragesimo annos — assim ficou a ser conhecida — já que é costume titular estes documentos com palavras de começo.

No seguimento de Leão XIII, faz-se nesta encíclica a crítica severa da organização económica do demo-liberalismo, em vários passos e duma maneira dura.

«O que mais impressiona logo à primeira vista, nos nossos tempos, é não só a concentração das riquezas como também a acumulação dum enorme e despótico poderio económico, nas mãos de alguns poucos que, por vezes, nem sequer são proprietários, mas meros depositários e administradores de capital que movimenta a seu bel-prazer e vontade» — palavras claras do Sumo Pontífice, que acrescenta:

«Por sua vez essa concentração, origina três géneros de luta fazendo em primeiro lugar, com que se ambicione o poderio económico, se combata depois encarnadamente, pela preponderância política a fim de utilizar-se as suas forças e influência nas questões económicas e, finalmente, se guerreiem os próprios Estados.»

Mas o Santo Padre critica o socialismo, como já o fizera Leão XIII nestas palavras claras:

«Embora o socialismo, como todos os demais erros, admita, também alguma coisa de verdadeira, assenta, contudo, numa doutrina acerca da sociedade humana, muito sua e em desacordo com a verdade cristã. Por conseguinte socialismo puro e socialista cristão são termos contraditórios. Ninguém pode simultaneamente ser bom católico e verdadeiro socialista.»

E Pio XI — na sequência de Leão XIII — aconselha uma ordem económica corporativa, na qual desapareçam as lutas de classes pela prudente resolução dos conflitos.

Também para o Papa o trabalho continua a ser dignificador e o grande propulsor do desenvolvimento económico.

Cita, a ela aderindo, a frase do art.º 26 do «Rerum Notarum»: «o trabalho tem tal fecundidade e eficácia que se pode afirmar a ser a fonte única donde procede a riqueza das nações».

Assente neste pensamento a Igreja, desenvolveu-se o movimento católico operário e alguns países enveredam pela organização económica corporativa.

A Constituição de 1933 define o Estado Português como sendo uma República unitária e corporativa.

4. João XXIII na Encíclica «Mater et Magistra», continua a afirmar, como a Igreja vem fazendo desde sempre:

«O direito de propriedade privada sobre bens, mesmo produtivos, tem valor permanente, precisamente porque é direito natural, fundado sobre a propriedade ontológica e finalista de cada ser humano perante a sociedade».

E, depois de citar Pio XII na frase «A Igreja quer que o instituído, da propriedade particular seja qual deve ser, segundo o designio da Sabedoria Divina e as disposições da natureza», escreve: «isto é, que seja garantia da essencial liberdade da pessoa e ao mesmo tempo elemento insubstituível da ordem na sociedade».

E ainda: «Apraz-nos recordar aqui também como no Evangelho o direito de propriedade particular sobre bens é considerado legítimo».

Nesta tão notável Encíclica, João XXIII, analisa em certa profundidade os novos aspectos da questão social, tendo em atenção a evolução, realizada desde a «Rerum Novarum».

Afirma-se pelo desenvolvimento harmónico dos diferentes sectores económicos.

Falando sobre os trabalhadores da terra, diz-nos que «devem mover-se no âmbito da ordem moral e jurídica, quer dizer, devem conciliar os seus direitos e os seus interesses com os direitos e os interesses das outras categorias económico-profissionais e subordinar uns e outros às exigências do bem comum».

E o grande Pontífice aconselhando os crentes a colaborar aalmente na actuação de objectivos por sua natureza bons, ou que, ao menos possam ser reduzidos a bens sem nunca chegarem a compromissos em matéria de religião ou de moral, em ordem a deixarem de ser coerentes consigo mesmos, proclama:

«Óbvio é, porém, que, quando numa matéria a Hierarquia Eclesiástica já se pronunciou, os católicos são obrigados a conformar-se com as suas directrizes, já que compete à Igreja o direito e o dever, não só de tutelar os princípios da ordem ética e religiosa, mas também de intervir com a sua autoridade na esfera da ordem temporal, quando se trate de julgar sobre a aplicação desses princípios a casos concretos».

Talvez fosse altura de lembrar a afirmação atrás reproduzida, de Pio XI, «ninguém pode simultaneamente ser bom católico e verdadeiro socialista».

Na «Pacem in Terris» — João XXIII ensina que o poder público deve facilitar e promover a «constituição de organismos intermédiares que tornem mais orgânica e fecunda a vida social». Como sempre, define-se uma ordem económica orgânica.

5. Chegamos, agora, à «Populorum Progressio» — a talvez notabilíssima encíclica do actual Papa.

Vamos ver como ela se integra neste pensamento da Igreja e como Paulo VI, tal como os seus antecessores corajosamente ensina a verdade que vem sendo proclamada através dos séculos.

BENTO COELHO DA ROCHA